

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT04.003

DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E NOVAS EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

Úrsula Lima Brugge¹

RESUMO

Este artigo se caracteriza como um ensaio de natureza histórico-filosófica que busca, através de uma pesquisa bibliográfica, realizar uma reflexão sobre as transformações do mundo do trabalho, bem como das exigências feitas à formação dos trabalhadores (e à escola) em vista dos modelos de controle social adotados pelo ocidente nos últimos séculos. Para tanto, faz uma revisão de dois grandes filósofos modernos: Michel Foucault e Gilles Deleuze. Foucault analisou a *sociedade disciplinar* a qual tem seu início por volta do século XVIII, com a Revolução Industrial. Surge pela eminente necessidade empregar ordem e controle às massas populacionais complexas e difusas que se multiplicavam nos grandes centros urbanos. A principal característica da *sociedade disciplinar* era a inserção dos indivíduos em grandes meios de confinamento (escola, caserna, fábrica etc.). Nesses espaços realizava-se os processos de subjetivação, emergindo aí o *sujeito moderno*, isto é, um sujeito controlado, apto ao trabalho, um *corpo dócil* muito eficaz em termos produtivos, mas manso politicamente. Mas a sociedade disciplinar vem dando lugar à *sociedade de controle* abordada por Deleuze. Ela tem sua ascensão no final da 2ª Guerra Mundial, possibilitada, sobretudo, pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. A principal característica da *sociedade de controle* é o espalhamento do controle e da vigilância por todo o corpo social. Essa mudança de

1 Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, ursula.brugge@ifrn.edu.br

modelo social cria exigências específicas ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, à formação do trabalhador. Este trabalho visa abordar essas relações.

Palavras-chave: Sociedade disciplinar, Sociedade de controle, Formação, Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa trazer uma reflexão a respeito das transformações por que vêm passando o mundo do trabalho, a formação dos trabalhadores e a educação escolar em vista dos modelos de controle social adotados pelo ocidente nos últimos séculos.

Para tanto, realizaremos estudos a respeito da sociedade disciplinar e da sociedade de controle. A sociedade disciplinar surgiu, por volta dos séculos XVIII e XIX, como a sucessora do modelo de sociedade de soberania, atingindo seu apogeu no início do século XX. Por sua vez, a sociedade de controle iniciou seus efeitos a partir do final da Segunda Guerra Mundial, especialmente com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e que vem se consolidando dia após dia.

Neste trabalho, buscamos compreender a lógica subjacente de cada um desses modelos de organização social e de seus impactos no mundo do trabalho, na formação dos trabalhadores e na educação escolar, elucidando exemplos, observando os discursos e os movimentos (políticos) de aceitação ou de resistência a essas transformações pelas quais estamos passando em termos de organização social e de controle.

A relevância deste trabalho está na promoção de uma reflexão sobre a sociedade moderna a partir de uma perspectiva mais ampla, problematizando as mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, a formação do trabalhador e a escola, buscando explicações para os fenômenos percebidos no microcosmos desses eventos na relação deles com o macro cenário dos modelos de sociedade e controle adotados pelas sociedades moderna e contemporânea.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza essencialmente como uma pesquisa bibliográfica. Em termos práticos, realizamos estudos de aprofundamento teórico dos dois autores que são nossos principais referenciais: Michel Foucault, para compreendermos as nuances da sociedade disciplinar, e Gilles Deleuze, para elucidarmos os aspectos da sociedade de controle.

Para fins de exemplificação, isto é, para enxergarmos a materialidade do que capturamos em termos teóricos através da pesquisa bibliográfica, lançamos mão de outras fontes como cinema, materiais jornalísticos, produtos de internet

e observações de campo. A finalidade desse movimento metodológico, conforme dito, é apenas capturarmos exemplos reais que possam nos auxiliar no aprofundamento dos conhecimentos a respeito da realidade moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A SOCIEDADE DISCIPLINAR

Para compreendermos as características e os impactos dos modelos de organização e controle inaugurados pela sociedade disciplinar e pela sociedade de controle no mundo do trabalho e na educação escolar, necessitamos fazer uma revisão teórica de dois expoentes da filosofia francesa moderna: Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Foucault dedicou parte do seu trabalho a explicar a emergência do sujeito moderno na sua relação com o poder. Especificamente no livro *Vigiar e Punir*, ele elaborou uma genealogia do poder disciplinar e, por conseguinte, da sociedade disciplinar. Deleuze, por sua vez, abordou a sociedade de controle em seu artigo *Post-Scriptum Sobre A Sociedade de Controle*, e na entrevista que deu para a revista *Futur Antérieur* chamada *Controle e Devir*.

Para compreendermos a sociedade disciplinar e como o trabalho e a educação se estruturaram nesse modelo de organização social, devemos ter claro, antes de tudo, em que consiste o conceito de *disciplina* em Foucault. Para tanto, há que se resgatar algumas especificidades de sua analítica genealógica do poder, especialmente, sua concepção não-jurídica do poder.

O objetivo de Foucault era demonstrar que o poder e suas relações não ocorrem fundamentalmente no nível do direito ou da violência. As relações de poder ocorrem em todos os níveis, instâncias e condições. Isso significa que o poder não opera apenas na esfera da macropolítica, mas faz sentir seus efeitos em uma rede microfísica que percorre todo o corpo social, envolvendo os sujeitos, adentra-os e, no limite, os constitui.

A análise do poder de Foucault caminha, portanto, por uma perspectiva muito distinta das analíticas clássicas até então estabelecidas. Primeiramente, Foucault entende como um erro a identificação do poder como um algo que está fora do sujeito, concretizada em uma pessoa (o rei, o imperador, o presidente), em uma entidade (o governo, a ONG) ou em um lugar (o castelo, o palácio). Para Foucault (1979), portanto, é um erro associar o poder a *um outro*

a quem os sujeitos conseguirão facilmente identificar e combater (MACHADO, 1979).

Para Foucault (1979), é falso também definir o poder como algo que apenas castiga e impõe limites aos sujeitos e seus corpos. É um erro pensar o poder de modo negativo, identificando-o com o Estado, considerando-o como aparelho de pura repressão, que apenas viola e oprime os cidadãos. Como afirma,

(...) Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 08).

A essa 'perspectiva negativa do poder', Foucault propõe uma 'concepção positiva do poder', com a qual pretende demonstrar que a dominação capitalista não poderia se sustentar caso estivesse exclusivamente apoiada na repressão social (MACHADO, 1979). Vale ressaltar que, neste sentido, os termos 'negativo' e 'positivo' não indicam qualquer juízo moral; eles devem ser entendidos em termos de tecnologia empregada, de eficácia produtiva.

Para Foucault (1979), portanto, o poder produz – por isso ele é 'positivo', no sentido de uma instância que tem a capacidade de produção de verdades, de realidade – e é justamente por esse aspecto que ele tem o corpo humano como seu alvo, não para supliciá-lo, castigá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, educá-lo, adestrá-lo, constituí-lo, formá-lo. O poder possui, portanto, a capacidade de produção de verdades, de realidade e de sujeitos. O sujeito é, para Foucault, um produto, um efeito de práticas de saber e de poder por ele atravessadas.

Costumeiramente, a produção teórica de Michel Foucault é dividida em três momentos: a arqueologia – quando o foco de sua problemática era a relação do sujeito com o saber –, a genealogia – quando seu foco se inclina para a relação do sujeito com o poder – e, por último, a ética – quando suas pesquisas se voltam à relação do sujeito consigo (cuidados de si).

A questão do poder circunscreve-se, portanto, à segunda fase, à fase genealógica. Como explica Machado (1979, p. 16-17),

(...) quando Foucault começou a formular explicitamente a questão do poder foi para dar prosseguimento à pesquisa que realizava

sobre a história da penalidade. Colocou-se então o problema de uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados que incidia sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. E essa tecnologia não era exclusiva da prisão, encontrando-se também em outras instituições como o hospital, o exército, a escola, a fábrica.

A essa forma específica de poder, manifestado em métodos que permitem o controle das mínimas operações do corpo, implantando a sujeição constante das forças e impondo uma relação de docilidade-utilidade, Foucault (1987) chamou de *disciplina*. Como explica Machado (1979, p. 17), a disciplina consiste em:

(...) uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder (...). É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.

Trata-se, pois, de técnicas sempre minuciosas, por vezes ínfimas, mas que definiram o modo como os corpos foram politicamente investidos e que, desde o século XVIII, ganharam campos cada vez mais vastos, expondo sua tendência a cobrir todo o corpo social (Foucault, 1987).

Nas palavras de Foucault, trata-se de

(...) Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. (...) Astúcias, não tanto de grande razão que trabalha até durante o sono e dá um sentido ao insignificante, quanto da atenta "malevolência" que de tudo se alimenta. A disciplina é uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 1987, p. 120)

Este conceito de disciplina foi minuciosamente explorado por Foucault em *Vigiar e Punir*, obra na qual buscou demonstrar como, a partir dos séculos XVIII e XIX, houve uma verdadeira explosão tecnológica da produtividade do poder. Por disciplina, Foucault (1979) entende:

(...) procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e "individualizada" em todo o corpo social. Estas novas técnicas

são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousavam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja forma mais violenta era o castigo “exemplar”, pelo fato de ser excepcional) (FOUCAULT, 1979, p. 08).

O principal objetivo da disciplina é o aumento do domínio de cada um sobre si mesmo (Foucault, 1987). As disciplinas – seja a praticada na escola, na fábrica, na caserna ou na prisão – não funcionam meramente como impedimento dos homens ao exercício de suas vontades, mas como uma forma de gerenciamento de suas vidas, a fim de aprimorá-los e controlá-los para que possam servir mais e melhor.

Como explica Foucault (1979, p. 143):

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

O intuito do ordenamento disciplinar é o de produzir *corpos dóceis*, isto é, corpos cujas forças de trabalho sejam potencializadas (máxima utilidade econômica), ao mesmo tempo que suas capacidades de revolta e de questionamento se mantenham neutralizadas (controle de ordem política), pois, como explica Foucault, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Um bom exemplo desse tipo de ordenamento é, sem dúvida, a escola. Na escola, as crianças e os jovens são submetidos a uma jornada de trabalhos pedagógicos que objetiva, em última análise, mantê-los o máximo de tempo quietos, sentados, calados em vista do melhoramento da sua produção estudantil. É a lógica do ‘menos conversa, mais trabalho’. Essa forma de dominação corporal pela qual os corpos passam na escola é uma forma de enquadrá-los desde cedo ao ordenamento produtivo inaugurado pela industrialização e a produção em série. Ou seja, os corpos passam a ser produzidos na maquinaria escolar, desde cedo doutrinados e educados a se enquadrarem e suportarem o ordenamento

das linhas de produção industriais (ao qual serão submetidos quando saírem da escola).

Nesse sentido, Foucault (1987) afirma que o corpo passa a ser constituído por uma maquinaria de poder que o “esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 1978, p. 119), ou seja, os corpos submetidos ao poder disciplinar são minuciosamente examinados; são desfeitos e desativados de seus instintos e desvios; e, por fim, ressurgem como produto do poder neles investido, por eles atravessado. Um corpo que sabe se comportar conforme as regras a ele impostas, que aguenta longas jornadas de trabalho, que não questiona sua posição no mundo.

A disciplina é, desse modo, uma anatomia política do corpo:

(...) Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia de se determinar. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1987, p. 119).

É certo que em qualquer modo de organização social, o corpo é atravessado por relações de poder que lhe impõem obrigações, limites ou proibições. Mas existem características que são próprias e inauguradas pelo controle disciplinar.

Primeiramente, a escala do controle:

(...) não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção, sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Em segundo lugar, o objeto do controle:

(...) não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coerção se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é o exercício (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Por fim, a modalidade:

(...) implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos (FOUCAULT, 1987, p. 118).

É importante novamente ressaltar que essa analítica do poder produzida por Foucault está circunscrita em um momento específico de sua pesquisa: quando o autor estava interessado em estabelecer a história das prisões (objeto de *Vigiar e Punir*). Foucault busca elucidar a historicidade desse corpo prisioneiro – o corpo de um condenado que não mais é supliciado (como era nas práticas da era clássica), mas que passa a ser vigiado, controlado, aprisionado e, por fim, (re)constituído.

Foucault não estava interessado no corpo do estudante ou no corpo do trabalhador – enfoques deste trabalho. Seu objetivo era analisar o corpo do prisioneiro. E esse é um dado relevante que deve ser ressaltado. Para estudar o estudante e o trabalhador temos, portanto, que realizar um deslocamento teórico a fim de usar os conceitos foucaultianos para pensarmos outros objetos. Contudo, embora Foucault não tenha se dedicado especificamente a estudar a escola e as linhas de produção do século XVIII, XIX, seus elementos teóricos são pertinentes a analisarmos esses deslocamentos, haja vista que o ordenamento disciplinar é claramente perceptível em tantas outras *instituições de sequestro* dos séculos XVIII, XIX e XX.

Por *instituições de sequestro* entendemos os grandes meios de confinamento inaugurados a partir do final do século XVIII – como escolas, fábricas, hospitais e prisões. Essas instituições são fundamentais ao adestramento disciplinar. No processo de *subjetivação* disciplinar (produção de sujeito), é essencial o encarceramento do indivíduo nessas instituições. O corpo precisa, prioritariamente, ser isolado do todo social para, aos poucos, ser submetido aos ordenamentos disciplinares e, conseqüentemente, ser subjetivado.

Passemos, pois, a algumas características da disciplina e como estas convergem ao *bom adestramento* dos indivíduos. De pronto, lembramos que essas características se relacionam entre si e necessitam umas das outras para funcionar. Vale ressaltar que buscamos focar aquelas que nos parecem mais caras aos processos educacionais e trabalhistas, visto que esses são o foco do nosso trabalho.

A primeira diz respeito à organização e distribuição dos indivíduos pelo espaço. A disciplina se constitui em uma técnica de distribuição dos indivíduos

a partir de sua inserção em um espaço individualizado, classificatório, combinatório e hierarquizado.

O ordenamento disciplinar exige o isolamento dos indivíduos em um espaço fechado, que seja capaz de exercer funções distintas, segundo um objetivo específico que dele se espera. Tal organização espacial tem por objetivo criar um espaço individual, celular e, assim, impedir a formação de grupos e as ações coletivas. O espaço disciplinar é, antes de tudo, um espaço útil e capaz de desarticular as comunicações perigosas; um espaço de vigilância que anula os desaparecimentos dos indivíduos. O espaço disciplinar constitui-se, portanto, em uma:

(...) tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 1987, p. 123).

Essa disposição arquitetônica serve ao *bom adestramento* humano, uma vez que viabiliza a *vigilância hierárquica*. Como afirma Foucault:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 1987, p. 143)

Necessita-se, portanto, de um espaço que não sirva propriamente à vigilância do seu exterior, como ocorria com a construção das fortalezas; nem tampouco um espaço voltado à contemplação, como os palácios. Trata-se de um espaço cuja vigilância esteja voltada ao seu funcionamento interno; um espaço que torne visível a tudo e a todos que dentro dele estejam.

Não por menos, podemos observar que o espaço escolar geralmente se apresenta como um espaço neutro, com poucas cores, poucos detalhes e acabamento simples, especialmente as escolas de ensino fundamental e ensino médio. Um espaço organizado em longos corredores de salas de aulas. Salas organizadas em carteiras enfileiradas, reservando ao professor (olho do poder) um espaço à frente (hierarquia).

A disciplina pressupõe uma vigilância permanente e perpétua e, para isso, organiza o espaço de forma a permitir que o olho do poder possa deslizar pelo espaço e identificar rapidamente qualquer tipo de deserção. Um olhar indiscreto que tudo vê, mas que não necessariamente precisa ser visto. Um exemplo desse tipo de arquitetura é o Panóptico de Bentham. O princípio do panóptico é o de criar visibilidade aos encarcerados, mas que estes não sejam capazes de ver aqueles que os vigiam; assim, pouco a pouco, vai-se introduzindo no próprio indivíduo o controle de forma tal que ele próprio comece a vigiar e a controlar a si mesmo.

Um exemplo desse princípio do Panóptico de Bentham nas escolas está nas portas das salas de aulas: aquelas pequenas janelinhas de vidro que servem tão somente para criar visibilidade sobre os acontecimentos dentro da sala. Isto é, professores e alunos sob vigilância do *olho do poder* dos coordenadores e supervisores.

Como dito, o espaço escolar costuma ser organizado em corredores, as salas de aula, em filas as quais servem para anular as conversas paralelas, os agrupamentos indesejados, as dispersões e que também facilitam o deslizar do olhar vigilante do professor entre seus alunos.

Na escola, as turmas seriadas são divididas por idades. Foucault (1987) ressalta, inclusive, que a organização do espaço seriado foi uma das principais modificações técnicas do ensino elementar, pois, ao instaurar lugares individuais, permitiu o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Essa nova organização espacial da escola instaurou, portanto, uma *nova economia do tempo de aprendizagem*. “Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 1987, p. 126).

O espaço das escolas, tanto em sua organização como em sua disposição arquitetônica, é um ótimo exemplo de um espaço constituído pela e para a disciplina; um espaço que se constitui como uma *máquina* de controle, de subjetivação e de produção de sujeitos em série.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois

que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1987, p. 126).

A segunda característica do poder disciplinar diz respeito ao controle do tempo, ou seja, a disciplina estabelece uma relação de sujeição do corpo, a fim de produzir o máximo de eficácia no mínimo de tempo. Dessa forma, o mais almejado não é propriamente o resultado de uma ação, mas o seu desenvolvimento; e esse controle da operação do corpo é realizado através da elaboração temporal da ação, da correlação do gesto com o corpo que o produziu e através da articulação do corpo com o objeto manipulado (Machado, 1979).

Esse controle do tempo pressupõe alguns procedimentos:

(...) horário (atividades regulares afinadas em minutos), elaboração temporal do ato (ajustar o corpo aos imperativos temporais), correlação entre o corpo e os gestos (o corpo disciplinado favorece um gesto eficaz), articulação do corpo com os objetos, utilização exaustiva do tempo (CASTRO, 2009, p. 112).

Dentre esses, vemos a implantação do horário e a utilização exaustiva do tempo como os procedimentos mais claramente expressos na mecânica de funcionamento escolar.

Segundo Foucault (1987), o *horário* é uma herança deixada pelas velhas comunidades monásticas que se difundiu, determinando o funcionamento das fábricas, escolas e hospitais. Ele estabelece três grandes processos: as censuras, as ocupações determinadas e os ciclos de repetições. Ainda no século XIX:

Nas escolas elementares, a divisão do tempo torna-se cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente (...).

No começo do século XIX, serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa, etc. (FOUCAULT, 1987, p. 128).

O aumento progressivo da classe trabalhadora assalariada exigiu o quadriculamento cerrado do tempo. Mas não basta garantir a divisão temporal do ato; tinha-se que garantir também a qualidade desse tempo, ou seja, a construção de um tempo integralmente útil. Para tanto, havia que se estabelecer um ininter-

rupto controle, uma pressão dos fiscais e uma anulação de qualquer coisa que pudesse vir a perturbar ou distrair. Como explica Foucault:

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impurezas nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 129).

O poder disciplinar impõe também uma *utilização exaustiva do tempo*, ou seja, ele busca atingir sempre o máximo de rapidez e eficiência sob a mínima repartição temporal. Trata-se de uma *economia positiva do tempo*, objetivando organizá-lo a fim de utilizá-lo de forma sempre crescente e assim obter o máximo de rapidez, o máximo de eficiência sob o mínimo instante de tempo.

O tempo da indústria é um tempo tipicamente disciplinar. Retomando a imagem do filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin (1936), o tempo dos homens deixa de ser o *tempo da natureza* (em que acordávamos ao raiar do sol e dormíamos quando ele se punha; em que tínhamos o tempo de semear, o tempo de cuidar e o tempo de colher), passando a ser o *tempo do relógio*. Vemos claramente logo no início do filme a divisão do tempo em jornadas: horário para atividade, horário para comer, horário para aumentar o ritmo da produção etc.

A escola também atende o tempo da disciplina uma vez que

(...) também foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo; sua organização permitia desviar o caráter linear e sucessivo do ensino do mestre; regulava o contraponto de operações feitas, ao mesmo tempo, por diversos grupos de alunos sob a direção dos monitores e dos adjuntos, de maneira que cada instante que passava era povoado de atitudes múltiplas, mas ordenadas; e por outro lado o ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como virtude (FOUCAULT, 1987, p. 129).

Como dito, o principal objetivo da disciplina é o adestramento humano. Para isso, os corpos são distribuídos em um espaço individualizado e vigiado; suas atividades são organizadas em jornadas e minuciosamente controladas. Aos que burlam ou simplesmente não cumprem o que lhe é determinado, empregam-se as *sanções normalizadoras*, ou seja, micropenalidades para qualquer transgressão a qualquer norma. Como explica Foucault (1987):

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeita), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (FOUCAULT, 1987, p. 149).

Além da sanção normalizadora, para o bom adestramento dos indivíduos, a disciplina impõe o *exame*. Ele está no centro dos processos que produzem os sujeitos enquanto efeito e objeto do poder e do saber. Trata-se de uma forma de classificar, de punir e de corrigir e está presente em praticamente todos os regimes disciplinares. Como explica Castro (2009):

No exame se investe a economia da visibilidade no exercício do poder, o indivíduo ingressa em um campo documental, cada indivíduo se converte em um caso (a individualidade tal como se pode descrevê-la). À diferença de outras técnicas de poder, encontramos uma individualização decrescente. O exame é a forma ritual da disciplina (CASTRO, 2009, p. 112).

É nesse contexto que o sujeito moderno emergiu, atravessado por essas relações de saber e de poder; investigado e reconstituído; controlado e trabalhado em suas ínfimas operações; observado pelo *olho do poder*, um olho uno que a tudo enxerga, mas que por ninguém pode ser visto. Um sujeito que deve aprender a se controlar, haja vista que já internalizou a existência da vigilância; que trabalha ao máximo, mas contesta pouco; excitado para a produção, mas desarticulado para qualquer forma de resistência. Um corpo dócil, enfim. Esse é o perfil do homem que as disciplinas e seus aparelhos institucionais – escola, fábrica, prisão, exército, hospitais, família etc. – objetivavam produzir na era moderna.

A SOCIEDADE DE CONTROLE

Contudo, vivenciamos, um período de transição desse modelo de *sociedade disciplinar* para outro, denominado por Gilles Deleuze (1992) de *sociedade de controle*. Deleuze, em seu artigo *Post-Scriptum sobre a sociedade de controle*, e na entrevista para a revista *Futur antérieur* chamada *Controle e devir*, localiza historicamente o aparecimento dessa nova forma de organização social, examina sua lógica de funcionamento e suas manifestações, que já podemos ir vislumbrando ao longo de sua consolidação.

Segundo Deleuze (1992), essa transição se faz sentir, em grande medida, pela generalizada crise dos meios de confinamento. Como afirma:

Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992, p. 220).

Os efeitos da lógica do controle se fazem sentir em diferentes áreas da vida humana: na saúde, na segurança, na educação, na formação, no mundo do trabalho.

Uma lógica calcada, por exemplo, na tônica continuidade: se na *sociedade disciplinar* não se pára de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), na *sociedade de controle*, nunca se termina nada. Nesse sentido, afirma Deleuze (1992, p. 221), a *formação continuada* tende a substituir a escola, bem como o controle contínuo a substituir o exame.

Podemos ver a materialidade dessa afirmação de Deleuze na escola e nas produções teóricas no campo da Pedagogia como Luckesi (1994) e Libâneo (1994). Cada vez mais vemos a crescente de defensores da avaliação contínua como uma forma *pedagogicamente positiva e eficaz* (para não dizer *politicamente correta*) de se avaliar o desempenho estudantil dos alunos.

Outro elemento que Deleuze aponta como exemplo da materialização da sociedade de controle é o uso das chamadas *penas substitutivas* como punição para os pequenos delitos e a utilização de dispositivos eletrônicos no monitoramento constante dos condenados.

Trata-se, pois, de uma *era do monitoramento* se instalando. Tempo dos rastreadores via satélite, dos *chips*, das senhas, enfim, de uma série de novas visibilidades que não pressupõem mais o *olho humano do poder*, mas um monitoramento constante, possibilitado pelo advento de todo o aparato tecnológico moderno. Ou seja, não há mais a necessidade de inserção do indivíduo em um meio de confinamento. A vigilância está se alastrando por todo o corpo social. Como acrescenta Gallo (2008), “na medida em que o controle escapa das instituições e é feito fora delas, ele se torna mais tênue, mais fluido, mas mesmo por isso, mais poderoso, uma vez que se infiltra melhor e mais sorrateiramente por todas as frestas (GALLO, 2008, p. 88).

Hoje, especialmente nos grandes centros urbanos, as pessoas estão cada vez mais familiarizadas com a presença das *câmeras monitoramento* espalhadas por todos os espaços: nas casas, condomínios, *shoppings*, supermercados, lojas, postos de gasolina, nas escolas, monitorando o trânsito, nas viaturas e mesmo nas fardas dos policiais.

No que toca ao mundo do trabalho, já podemos ver a instauração de novas formas de relação humana: a *fábrica* cedeu lugar à *empresa* (Deleuze, 1992); não estamos mais preocupados com a produção, mas com a venda do produto, com o mercado. Como assinalou Deleuze (1992), experimentamos “novas maneiras de tratar o dinheiro, os produtos e os homens, que já não passam pela antiga forma-fábrica” (DELEUZE, 1992, p. 225).

O espaço da escola e do trabalho não necessariamente precisa ser organizado em grandes corredores enfileirados, afinal, qualquer organização espacial é passível de monitoramento de câmeras. As deserções do trabalho podem ser monitoradas, mesmo as eletrônicas, haja vista que as máquinas possuem registro do histórico de atividades dos usuários. Tudo e todos estão cada vez mais monitorados.

Ainda a respeito da *continuidade*, que se apresenta como uma das tônicas da sociedade de controle, Deleuze fala a respeito do estabelecimento de novas relações com o tempo. No trabalho, por exemplo, não faz mais sentido se estabelecer um horário de trabalho haja vista que o trabalho hoje está sendo calcado em metas. Não por menos, vemos crescer a adoção do *home office*-como modalidade de trabalho. Algo completamente inimaginável para a lógica da disciplina.

Mas não apenas as relações temporais são modificadas: estamos vendo emergir novas formas de organização dos espaços, novas relações de trabalho,

novas formas de formação, de educação. As tecnologias da informação e da comunicação têm imposto novos desafios a todas as áreas da existência humana. A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, conforme abordado por Michel Foucault e Gilles Deleuze, reflete mudanças profundas nas dinâmicas de poder e controle social.

Enquanto a sociedade disciplinar é marcada pelo controle do vivo através dos grandes meios de confinamento – como escolas, indústrias e prisões – que impõem normas e regulamentos aos indivíduos a fim de moldá-los, controlá-los e subjetivá-los através de um rígido controle do espaço e do tempo, a sociedade de controle é marcada por uma vigilância difusa, em que o controle não é apenas institucional, mas permeia todo o corpo social através da difusão das tecnologias de monitoramento, instaurando, assim, um tipo novo de vigilância que se dá não apenas através das instituições de sequestro.

Os efeitos da sociedade de controle no mundo do trabalho e nas escolas são profundos e multifacetados.

No mundo do trabalho, vemos, cada vez mais, a adesão por parte das empresas do uso de tecnologias de monitoramento, como softwares de rastreamento de produtividade e câmeras, o que tem criado um ambiente de constante vigilância.

O trabalho tem deixado, cada vez mais, de operar sob a lógica das jornadas, passando a adotar o sistema de metas. Essa lógica tem sido vendida ao trabalhador como algo positivo, haja vista que lhe traz mais flexibilidade para organizar seus afazeres trabalhistas e suas atividades pessoais. Contudo, o trabalho por metas também pode resultar em uma disponibilidade constante à empresa, misturando as fronteiras entre vida profissional e pessoal do trabalhador, gerando estresse e esgotamento.

A escola, buscando atender a esse novo perfil de sujeito necessário a essa nova lógica social, vem introduzindo também as tecnologias de monitoramento com câmeras em corredores e até mesmo nas salas de aula, promovendo um ambiente de vigilância constante tanto dos alunos como do trabalho realizado pelos professores. E em vista desse videomonitoramento, cada vez menos as escolas necessitam de acabamentos claros, grandes corredores de salas de aula e salas enfileiradas. O controle da atividade estudantil não se faz mais (exclusivamente) pela organização do espaço – como ocorria na lógica disciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações entre mundo do trabalho, escola e as estruturas sociais instauradas pela sociedade disciplina e pela sociedade de controle revela a complexidade da sociedade contemporânea, marcada pela transição desses dois modelos de ordenamento social.

Enquanto na sociedade disciplinar, a escola tradicionalmente se configurava como um espaço de disciplina, onde normas e regras eram rigidamente estabelecidas e moldavam os comportamentos e conhecimento, na sociedade de controle a escola se configura, adotando uma abordagem mais sutil e contínua de vigilância e regulação.

Essa transformação não se reflete apenas em mudanças no âmbito educacional, mas, também, em novas exigências do mercado de trabalho aos trabalhadores, que necessitam deter habilidades cada vez mais flexíveis e adaptáveis. Isto é, o modelo de controle social inaugurado pela sociedade de controle se manifesta na forma como as tecnologias de informação e comunicação permeiam a vida cotidiana, influenciando desde a formação profissional até as dinâmicas profissionais.

Nesse sentido, é essencial que a educação não se limite a apenas reproduzir as exigências e normas advindas da sociedade, mas que promova um pensamento crítico e a capacidade de resistência das crianças e jovens – os futuros trabalhadores. A escola deve ser um espaço formação, mas também de empoderamento e liberdade, onde os indivíduos possam desenvolver habilidades para cuidar de si e se libertar.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 13ª.ed.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLO, Silvio. **Deleuze e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 2ª. ed.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel.
Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 13ª ed.